

Genética forense da conservação

Biologia & Ciências

Enviado por:

Postado em: 12/04/2011

Cientistas desenvolvem metodologia para inibir a caça ao peixe-boi por meio da identificação de variações no genoma das espécies do animal

Por Mônica Pileggi Uma nova metodologia da genética forense poderá ajudar, por meio da identificação de variações no genoma que caracteriza cada uma das espécies, a inibir a caça do peixe-boi. Os peixes-bois chegam a pesar até 800 quilos, são considerados inofensivos e se alimentam de algas, aguapés e capim-aquático. Existem quatro espécies do animal no mundo, duas das quais estão presentes no Brasil. O peixe-boi-marinho (*Trichechus manatus*), comum no Norte e Nordeste, é considerado pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN, sigla em inglês) e pelo Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, do Ministério do Meio Ambiente, como criticamente ameaçado de extinção no país. O peixe-boi-amazônico (*Trichechus inunguis*) é o menor de todos e a única espécie da ordem Sirenia que habita águas doces. Atualmente, sua classificação na IUCN e no Livro Vermelho é “vulnerável”. O novo estudo utilizou a técnica de identificação de polimorfismos do DNA mitocondrial, considerada uma das mais eficientes para a identificação de exemplares de espécies diferentes. Como o polimorfismo genético, isto é, a variação das mutações do DNA, é muito grande, pode-se identificar um animal com base no seu padrão de polimorfismo. Com a identificação, órgãos fiscalizadores poderiam saber se uma determinada carne ou pele à venda em um mercado é de um peixe-boi ou de uma espécie doméstica cuja comercialização é legal. Para saber onde essas mutações ocorrem, os cientistas utilizam uma técnica chamada de polimorfismo de comprimento de fragmento de restrição (RFLP, na sigla em inglês), que “marca” o DNA apenas onde existem determinadas sequências de nucleotídeos. “A marcação molecular por RFLP e PCR [reação em cadeia da polimerase] é um método confiável e de baixo custo para a identificação de mutações específicas em espécies”, disse o coordenador da pesquisa, Rodrigo Augusto Torres, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O estudo foi publicado na revista *Zoologia*, da Sociedade Brasileira de Zoologia, em artigo assinado por Torres e os colegas Paula Braga Ferreira e José Eduardo Garcia, também da UFPE. Segundo Torres, a ideia é que o protocolo desenvolvido possa ser utilizado no desenvolvimento de ferramentas forenses capazes de identificar, por meio da análise de fragmentos de tecido, a identificação de uma carne, pele ou gordura comercializados em um mercado, por exemplo. Com essa identificação genética, um órgão fiscalizador poderia saber se o produto deriva de gado bovino ou suíno ou de um peixe-boi. “Como esses animais são caçados e depois vendidos aos pedaços, nossa proposta é tornar possível a identificação das espécies por meio das variações genéticas e evitar que esse comércio continue ocorrendo”, completou Torres. “O estudo reforça a importância dos polimorfismos como um marcador poderoso para a identificação de espécies, que poderão ser particularmente úteis para os esforços de preservação de animais ameaçados”, disseram os autores. Esta notícia foi publicada em 12/04/2011 no sítio www.fapesp.br. Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.